

Comissão começa a votar o Orçamento Geral da União

por Marcos Magalhães
de Brasília

O governo federal e a comissão mista de orçamento do Congresso Nacional estavam próximos de um acordo, no início da noite de ontem, quando começou a votação dos 1.140 destaques, a respeito do pagamento das dívidas externas dos estados e municípios. Circulou com muita desenvoltura entre parlamentares dos dois lados, ontem à tarde, uma proposta que estipula o pagamento de US\$ 975 milhões — ou CZ\$ 174 bilhões, em valores de junho — no ano que vem. Por outro lado, deputados mais ligados ao Palácio do Planalto ainda apostavam na aprovação de outra alternativa, que estabelecia o desembolso de CZ\$ 234 bilhões.

As votações de destaques na comissão estavam programadas para ter início às 21 horas. Nada menos que 1.140 destaques apresentados por deputados e senadores desafiavam o cumprimento dos prazos — já várias vezes adiados — da comissão. Por isso, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente do colegiado, designou uma comissão multipartidária para enxugar a pauta e permitir uma votação mais

rápida. O grande gargalo, contudo, continuava sendo o pagamento das dívidas dos estados e municípios.

O projeto inicial do governo procurava obter para os cofres federais CZ\$ 550 bilhões, através do pagamento de 25% do serviço das dívidas vencidas e a vencer em 1989. A comissão reagiu, por pressão dos governadores, e o parecer do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) indicou o pagamento de apenas CZ\$ 70 bilhões. Entre os dois extremos se localizaram as diversas projeções feitas durante todo o dia de ontem no Congresso.

As duas principais alternativas acabaram sendo rejeitadas pelo deputado Cesar Maia (PDT-RJ). A primeira delas previa o desembolso, pelos estados e municípios, de CZ\$ 234 bilhões, dos quais CZ\$ 153 bilhões da dívida vencida e CZ\$ 81 bilhões da dívida a vencer. "Nós aceitamos este número", admitiu, no início da noite de ontem, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara. "Para bater o martelo, bastaria que os integrantes da comissão indicassem de onde retirariam a verba necessária para suprir a diferença de CZ\$ 316 bilhões, em relação à nossa proposta inicial."

A segunda alternativa, que ganhou corpo ontem, conquistou a simpatia da direção da comissão de orçamento. Os governadores e prefeitos que detêm compromissos no exterior pagariam ao governo federal, em 1989, CZ\$ 174 bilhões — ou US\$ 975 milhões. As regiões Sul e Sudeste não sofreriam muita diferença de tratamento. Segundo a primeira proposta, pagariam, respectivamente, US\$ 195 milhões e US\$ 718 milhões. Pela outra, US\$ 187 milhões e US\$ 680 milhões.

As maiores diferenças estariam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo a primeira alternativa, desembolsariam US\$ 47 milhões, US\$ 200 milhões e US\$ 145 milhões.

Pela nova alternativa, o Norte pagaria US\$ 8 milhões, o Nordeste US\$ 64 milhões e o Centro-Oeste US\$ 35 milhões.

A proposta de pagamento de CZ\$ 234 bilhões se baseia no pagamento integral dos juros da dívida a vencer e na rolagem da vencida, com 5% de juros. A alternativa de pagar CZ\$ 174 bilhões estabelece, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o desembolso de 5% do serviço da dívida vencida e da dívida vin- cenda.

As regiões Sul e Sudeste pagariam 10%.

Se, por um lado, o governo deseja receber mais dos estados e municípios, por outro gostaria de poupar as regiões mais pobres. "O governo quer subsidiar o pagamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste", argumenta Cesar Maia.

Caso o Palácio do Planalto opte pela alternativa de receber CZ\$ 174 bilhões, conseguirá diminuir sensivelmente a carga sobre estes estados e municípios mais pobres. O Estado de São Paulo, por sua vez, teria de pagar US\$ 500 milhões, mais da metade do total previsto.

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), estabeleceu como prazo final para as votações da comissão as 18 horas de hoje. Desta maneira, ele espera poder publicar o texto aprovado amanhã de manhã, e iniciar a votação no plenário do Congresso Nacional na quinta-feira à tarde. "Esta votação deve nos tomar uns cinco dias" prevê. "Por isso, já convoquei deputados e senadores para permanecerem em Brasília no final de semana." O texto tem de estar aprovado no Congresso Nacional até o dia 15.